

Alimentação e relações intergeracionais em Cabo Verde: uma análise de práticas alimentares em um bairro periférico

Food and intergenerational relationships in Cape Verde: an analysis of food practices in a peripheral neighborhood

André Omisilê Justino

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

RESUMO

Este artigo é uma reflexão sobre a alimentação enquanto fenômeno social em Cabo Verde, arquipélago do oeste africano. Os dados analisados foram construídos a partir de uma etnografia e suas diversas ferramentas, dentre as quais ressalto a convivência prolongada com os sujeitos de pesquisa e a minha inserção no contexto social pesquisado. O objetivo é mostrar como o alimento é fundamental para a construção de redes de solidariedade e reciprocidade em um contexto de pobreza: a *Zona*, bairro onde a pesquisa foi realizada entre fevereiro e agosto de 2019 e fevereiro e março de 2020. Analiso as relações entre adultas e crianças para explorar também algumas classificações alimentares e as variações propostas pelas gerações etárias. Dedico uma parcela da análise a pensar o corpo e sua relação com as práticas de cuidado e com a alimentação, conforme concebidos na *Zona*. Concluo que pensar a alimentação olhando a partir da ótica das crianças e das relações que elas desenvolvem no cotidiano fornece novas possibilidades de se pensar esse fenômeno social.

Palavras-chave: Cabo Verde, Crianças, Alimentação.

Recebido em 10 de outubro de 2022.
Avaliador A: 11 de novembro de 2022.
Avaliador B: 18 de novembro de 2022.
Aceito em 21 de março de 2023.



ABSTRACT

This article is a reflection on food as a social phenomenon in Cape Verde, a West African archipelago. The data were built from an ethnography and its various tools, among which I emphasize the prolonged coexistence with the subjects and my insertion in the researched social context. The objective is to show how food is fundamental for building networks of solidarity and reciprocity in a context of poverty: the *Zona*, the neighborhood where the research was carried out between February and August 2019 and February and March 2020. I analyze the relationships between adults and children to also explore some food classifications and variations proposed by age generations. I dedicate part of the analysis to thinking about the body and its relationship with care practices and food, as conceived in the *Zona*. I conclude that thinking about food from the perspective of children and the relationships they develop in everyday life provides new possibilities for thinking about this social phenomenon.

Keywords: Cape Verde, Children, Food.

INTRODUÇÃO

Este artigo visa a discutir a importância das práticas alimentares no arquipélago cabo-verdiano, dando ênfase ao contexto de pobreza das periferias urbanas e à modulação que tais práticas interpõem a relações intergeracionais, principalmente entre adultas e crianças¹. Foco as práticas de solidariedade e os processos de socialização das crianças e recorro ao alimento enquanto elemento que age na confecção das redes de relações sociais de um bairro pobre de Praia, a capital de Cabo Verde .

Os dados discutidos aqui são fruto de minha pesquisa de doutorado, realizada num bairro periférico denominado *Zona*, em referência a uma categoria relacional e de pertencimento

¹ Este artigo é escrito com o uso do feminino plural enquanto englobante com base nos seguintes argumentos: 1) a dimensão da comida é inerentemente doméstica, um campo dominado pelas mulheres, de modo que os homens surgem esporadicamente enquanto consumidores do alimento ou auxiliando na aquisição de ingredientes; 2) no que tange às minhas interlocutoras adultas, a maioria absoluta era de mulheres e me soa desonesto para com elas apagá-las em respeito a normas gramaticais que devem ser revistas; 3) embora o coletivo “crianças” seja misto de meninos e meninas, o substantivo é feminino e facilita o uso do recurso que aqui proponho; 4) por fim, a dimensão do cuidado, que também aparece neste artigo, diz respeito ao campo feminino: são as mulheres que “sabem” cuidar, no entendimento local, sendo sua presença e autoridade absolutas nessa seara. O exercício do feminino englobante foi realizado com sucesso em minha tese de doutorado, toda escrita com o recurso (JUSTINO, 2022). O masculino plural só será usado em casos em que o coletivo é totalmente masculino.

geográfico do crioulo cabo-verdiano. Nomeio o bairro assim na intenção de proteger o anonimato de minhas interlocutoras. Da mesma forma, alterei seus nomes e idades, dificultando a identificação. A pesquisa se deu a partir de uma longa convivência com moradoras do bairro, aonde cheguei por indicação de amigos que fiz em viagens anteriores. Minha base de pesquisa e principal porta de entrada para a vida social da *Zona* foi o Jardim Acalanto de Tia Maria, uma instituição mista de ensino e cuidado que funcionava na casa de Maria, uma guineense que morava em Cabo Verde havia anos. O jardim ocupava a garagem e um quarto da casa dela, e ainda incluía um banheiro e uma área onde se lavavam as louças. O expediente ia de segunda à sexta; as primeiras crianças chegavam antes das 7 da manhã, e algumas ficavam até o anoitecer.

A partir da minha presença diária no jardim, fui sendo inserido no cotidiano do bairro, onde passei a morar nos meses finais da pesquisa. Paralelamente, trabalhei como professor voluntário em uma associação local de moradoras, o que expandiu meu conjunto de relações, permitiu-me estabelecer contato com as crianças mais velhas e me possibilitou frequentar casas, festas, eventos sociais e outros momentos de grande importância para a vida local.

Enquanto homem adulto, precisei negociar minha presença no campo do cuidado, considerando que o espaço em questão é dominado por mulheres e que a figura masculina é relativamente ausente ali, por estar na periferia do campo doméstico. Também tive de negociar a convivência com as crianças e aprender a me comunicar com elas não só no crioulo cabo-verdiano, língua materna do país, de modo a estabelecer conexões que passassem por outras dimensões do social, a saber, a dimensão do sensível, bem elaborada por Laplantine (2015). Assim, comunicar com gestos, choros, sorrisos, outros sons e atos foi fundamental para compreender a realidade das crianças a partir de sua perspectiva. Ressalto que essa forma de fazer etnografia permite que diferentes presenças estejam postas no texto. Explico: as crianças não aparecem aqui da mesma forma que as adultas, uma vez que estas elaboram seus discursos e reflexões com fluidez, com uma linguagem e um código que, enquanto adulto, eu apreendo e compartilho até certo ponto. A comunicação com as crianças e o aprendizado com elas é elaborado em texto de outras formas. Neste artigo não são comparadas as “vozes” que aqui estão, e sim suas presenças².

A *Zona* é composta por famílias que migraram de outras ilhas e países (como Senegal e Guiné-Bissau) para a capital em busca de melhores condições de trabalho e oportunidades migratórias, nomeadamente um acesso facilitado ao continente europeu. A falta de água encanada, o alto custo da energia elétrica legalizada e a ausência de calçamento nas ruas e de

2 Para mais reflexões metodológicas sobre esta pesquisa, ver Justino (2021, 2022).

serviços essenciais como escolas e centros de saúde, além do ritmo de crescimento acelerado, sem um apoio estatal a promover um ordenamento urbano, são características marcantes do bairro (que se iguala a outras *zonas* urbanas periféricas espalhadas pelo arquipélago). As pessoas circulam pelo bairro à procura de soluções materiais para o sustento (com pequenos trabalhos ou trocas), estabelecendo relações de amizade e troca de informações e favores.

A literatura antropológica produzida a partir do arquipélago dá conta da importância da circulação de bens, valores, pessoas e discursos para a identidade cabo-verdiana e para a aquisição de condições materiais da existência (DIAS, 2000; DROTBOHM, 2015; LOBO, 2012a, 2013; VASCONCELOS, 2012). A construção de uma rede de parentesco ampla, com a inserção de pessoas cujos laços não passam pelo sangue, mas pela proximidade, por exemplo, é um fator fundamental para a análise que proponho.

É notável o papel que a estrutura de gênero exerce no cotidiano do bairro. Na *Zona*, as pessoas se dedicam a fortalecer a proximidade com a vizinhança a partir de uma intensa troca de bens (comida, por exemplo) e cuidados. Esse fenômeno é levado a cabo principalmente pelas mulheres, que são maioria na chefia dos lares. São as mulheres que gerenciam o campo doméstico, criam as crianças e resolvem problemas cotidianos, enquanto os homens se mantêm distantes ou ausentes. É comum encontrar casas onde coexistem gerações de mulheres que negociam e se associam para realizar um projeto de vida, que inclui a reprodução do grupo doméstico. Como bem lembra Lobo (2010), a maternidade em Cabo Verde é um fenômeno que ocorre na associação de mulheres, principalmente mães e avós. Esse processo de maternidade não envolve apenas a reprodução do grupo doméstico num sentido estrito. Afeta outras esferas da vida, abarca a economia, a educação, a responsabilidade coletiva e a formação de vínculos com a comunidade, entre outros fatores.

Simultaneamente, como apontam Cruz e Fortes (2016), a partir de uma pesquisa feita em uma periferia urbana da Ilha de São Vicente, em Cabo Verde, a ausência masculina no campo doméstico é notável e faz parte do processo de socialização das crianças: os meninos são mantidos à distância, enquanto as meninas são convocadas a assumir responsabilidades de cuidado com as outras pessoas (adultas ou não) que compõem o lar (JUSTINO, 2022). O fenômeno social de fazer família e criar pessoas é assumido de forma coletiva. Lá, as mulheres de diversos lares se aliam nos cuidados de forma institucional, como ocorre no Jardim Acalanto, ou de maneira informal, com arranjos e estratégias cotidianamente atualizadas que se baseiam em trocas e fluxos de bens, valores e pessoas.

A partir desse contexto e do trabalho de campo realizado entre fevereiro e agosto de 2019 e fevereiro e março de 2020 construí dados que permitem refletir sobre a vida social das

crianças, sua participação nas redes de solidariedade e reciprocidade que se constroem entre as casas e suas formas de classificação e entendimento do mundo. Priorizo aqui os dados relativos às relações intergeracionais e às práticas alimentares, buscando, a partir de uma descrição do cotidiano alimentar do bairro, compreender como, o quê, quando e onde se come, sem perder de vista que as adultas estão implicadas diretamente nesse universo, seja fornecendo e preparando o alimento, seja na transmissão e na construção de um *habitus* a partir de seu papel no processo de socialização (BOURDIEU, 1983, 2011), dito aqui no sentido mais profundo do termo, isto é, o de uma estrutura com aspectos conscientes e inconscientes estabelecida a partir de um processo de socialização. Não afirmo apenas que as adultas transmitem conscientemente um código alimentar fixo, mas que elas ocupam uma posição em uma distribuição etária que tem, entre outros elementos, a característica de construir pessoas, executando projetos coletivos de cuidado. Nesse processo, as crianças não são passivas, elas próprias elaborando um código alimentar paralelo que pode coincidir em determinados momentos com o das adultas, mas é relativamente autônomo. Os próprios elementos que estão em jogo para serem organizados por esses códigos alimentares dependem de condições estruturais (clima, economia, trabalho, classe social, pertencimento étnico, entre outros aspectos). Enfatizo a forma como olhar para as crianças pode promover um enriquecimento da compreensão do fenômeno alimentar, uma vez que elas propõem leituras diferenciadas para elementos que, do ponto de vista das adultas, estão estabelecidos.

A pesquisa antropológica com crianças está presente desde as obras clássicas de Margareth Mead (1932) às contribuições de Christina Toren (1993) e se consolidou no Brasil nos primeiros anos da década de 2000 (COHN, 2005; PIRES, 2010; TASSINARI, 2007). O deslocamento epistêmico e metodológico promovido pelo ato de olhar para as crianças atualiza determinadas dinâmicas da vida social que tendem a ser analisadas a partir de uma perspectiva centrada na figura adulta. É apostando nesse deslocamento e em sua potencialidade que construo, juntamente às crianças da *Zona*, os dados aqui analisados.

Exploro quatro principais argumentos ao longo do artigo. O primeiro deles é o de que a comida é um elemento central da sociabilidade na *Zona* e um agente fundamental na construção das redes de solidariedade entre as famílias, característica sociológica deveras importante para a sobrevivência no contexto de pobreza do bairro. O segundo é o de que existem mecanismos de classificação alimentar que levam em conta tradições alimentares e condições materiais de existência, envolvendo oferta de produtos agrícolas e industrializados, assim como de produtos exógenos que permitem uma conexão com um lar “deixado para trás” em um movimento migratório. O terceiro é o de que existem gostos infantis e um mecanismo particular

de classificação alimentar elaborado pelas crianças que se implica diretamente nas relações intergeracionais. Por fim, o quarto argumento diz respeito à interseção entre alimentação, corpo e cuidado que estão intrinsecamente conectados na relação entre as pessoas adultas e as crianças. Para explorar estes argumentos, divido o texto em duas seções. Na primeira, centralizo a descrição das práticas alimentares, focando nos dois argumentos iniciais. Na segunda seção, insiro a perspectiva das crianças, trazendo casos que me permitem demonstrar como a centralidade do alimento é fonte tanto de uma intensificação das relações intergeracionais, como de conflitos entre os dois grupos etários.

COMIDA COMO FORÇA SOCIAL: EXPLORANDO O COTIDIANO ALIMENTAR DA ZONA

É no contexto material de pobreza, relativa ausência estatal e poucas condições de infraestrutura que as pessoas da *Zona* desenvolvem sua sociabilidade sobretudo por meio da circulação de bens, valores e pessoas, por um lado, e da construção de fortes redes de solidariedade, por outro. Na busca pelo sustento, as pessoas sem emprego fixo ocupam as ruas à procura de pequenas oportunidades para ganhos diários que lhe permitam garantir o sustento familiar. As crianças circulam pelo bairro, costurando e reparando os nós da rede de compartilhamento que permite que o fluxo de bens supra as necessidades básicas. Enquanto isso, as mães vão às ruas vender produtos diversos e *rabidar*, como é dito no contexto local (GRASSI, 2003; LOBO, 2012b; VENANCIO, 2018), isto é, “se virar” para poder garantir recursos para o lar.

É essencial notar uma característica dos lares cabo-verdianos: o ambiente doméstico é marcado por uma ausência relativa do homem, de modo que o espaço é majoritariamente gerenciado pelas mulheres, como já afirmei. Essa ausência se mostra como tendência desde a infância, quando os meninos ocupam as ruas mais do que as meninas, que tendem a permanecer nos arredores das suas casas e assumir funções de controle e distribuição de recursos logo cedo. A ausência masculina pode ser: total, quando não há homens ou *pai-di-fidju* (categoria usada para nomear o homem com o qual a mulher tem filhas e filhos, mas que não necessariamente é seu marido, noivo ou namorado) coabitando com a mulher; ou relativa, quando o homem se distancia por causa do trabalho ou da migração, mantendo os laços por meio das estratégias disponíveis. O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE-CV) mostra que, na distribuição dos agregados familiares, 48,5% das famílias em contexto urbano são representadas

ou chefiadas por mulheres (INE-CV, 2020).

É preciso lembrar ainda que o *status* de chefia não equivale, nessa etnografia, ao de gerente de recursos domésticos, mas ao de provedora de condições materiais. Assim, em muitos casos a mulher acumula as posições e precisa buscar estratégias para suplantar lacunas orçamentárias, além de enfrentar outras dificuldades, como decidir onde deixará suas crianças, caso tenha que se ausentar por longos períodos de casa. A vizinhança é peça-chave nesses momentos, pois permite uma distribuição para o coletivo da responsabilidade de cuidado, de modo que outras casas tornam-se responsáveis pela criação das crianças.

Desse modo, os lares se constroem não em torno das casas, mas em torno das redes de compartilhamento. Por exemplo, a amizade entre as famílias que estão longe de suas redes consanguíneas devido ao processo migratório é essencial para que novas redes de apoio se estabeleçam e estratégias coletivas de ascensão social e manutenção da vida possam ser elaboradas. A comensalidade surge, então, como um elemento central desse compartilhamento. Comer junto e compartilhar comida são dois aspectos presentes nas mais diversas interações cotidianas do bairro e, como bem lembram Esther Katz (2016) e Evelize Moreira e Maria Maciel (2019), a alimentação é reveladora de mecanismos sociais de distinção, classificação e união. Comer junto e compartilhar a mesa são formas de forjar e fortalecer laços sociais sujeitos a diferenças sociais (classe, raça, nacionalidade etc.). Em campo, aceitar comer com as pessoas (cabo-verdianas ou não) tinha um forte carácter de estreitamento de laços e foi fundamental para o andamento da etnografia realizada. Aceitar alimento implicava declarar que não havia uma característica que surgia com frequência na interação entre diferentes etnias ou nacionalidades: o nojo. Os valores impressos na alimentação enriquecem o olhar de quem pesquisa e se debruça sobre a vida social.

Além da comensalidade, o compartilhamento de comida poderia se dar na forma de presentes. O caso de Tita é um exemplo, no que toca a importância desse compartilhamento para a saúde das relações sociais. Tita é uma comerciante que mora na *fundu*, isto é, nos limites do bairro com os interiores da Ilha de Santiago. Enquanto seu marido trabalha na *loja* (ou armazém) que mantém em um cômodo da casa, a mulher sai às ruas pela manhã com sua bacia em cima da cabeça para vender frutas e legumes. O filho mais novo de Tita (que é mãe de três) frequentava o Jardim Acalanto de Tia Maria, e todos os dias ela passava pelo estabelecimento na hora do almoço para ver o filho antes de seguir o caminho de casa. Sempre que carregava sobras que não conseguira vender, Tita as compartilhava com a dona do jardim, Maria, que usava os produtos na sopa servida no dia seguinte ou na própria refeição, compartilhada comigo e com seus dois filhos. Maria fazia questão de sempre divulgar esse feito para outras mães e

frequentadoras do jardim com dois objetivos. O primeiro deles era fazer uma propaganda dos produtos que Tita vendia, o que podia resultar em mais vendas e uma renda maior para a família de sua amiga. O segundo era valorizar a amizade e ressaltar a generosidade que ajudava a garantir uma boa refeição para as crianças do jardim. Por meio dessa troca, a amizade das duas era mantida e fortalecida, por um lado, e Tita angariava prestígio junto às outras mães, cujas crianças frequentavam o jardim, o que aumentava as vendas pelo bairro, por outro.

Tita distribuía o resto do que sobrava das vendas do dia pelo caminho para suas amigas e vizinhas mais próximas. Essa proximidade podia ser medida de diversas formas, inclusive pela presença constante das crianças da vendedora nas casas das amigas ou pela intensidade da relação dos filhos dela com as crianças das outras casas. A boa amizade das pequenas serve também de medidor das relações entre as adultas e diz respeito à confiança que elas depositam umas nas outras.

Da mesma forma que podemos observar esse caminho que o alimento percorre, indo de produto comercializável (e sustento financeiro) a presente e reforço das redes de solidariedade, podemos observar também sua centralidade nas interações sociais. Realizar uma visita a alguém é quase sempre sinônimo de compartilhar uma refeição. A casa de uma pessoa é onde se come, e a comida é um elemento que media a relação, ajuda a criar uma memória, seja pelo sabor da comida, seja pela dívida que se contrai. Explico: ao visitar uma vizinha e compartilhar com ela um pouco de café e um pedaço de bolo, por exemplo, a pessoa que visita retém esse fenômeno enquanto dívida a ser retribuída. Quando a visita é devolvida, ou seja, quando se inverte a relação, o alimento reaparece como uma contradádiva que reinicia o ciclo. O alimento, enquanto dádiva, entendida aqui nos termos de Mauss (2013), se incorpora ao ato de visitar e interagir, de modo que passa a fazer parte de um *habitus* (BOURDIEU, 1983, 2011) específico, que causa um estranhamento quando não é cumprido, gerando uma perturbação nas relações dos indivíduos. Dito de outra forma, a comida enquanto valor compõe a estrutura das interações sociais ao lado de outros elementos conscientes e inconscientes, explícitos e tácitos, em jogo, opera num um campo simbólico e material que corresponde à realidade circundante, ou seja, às condições materiais (economia, agricultura, clima) e imateriais (raça, etnia, classe social).

Em termos de identidade cabo-verdiana é possível destacar a *morabeza* como uma característica valorizada nacionalmente. O espírito da *morabeza* diz respeito à boa recepção do outro, ao compartilhamento de teto e comida, à generosidade. Ser visita no contexto da *morabeza* é ser bem recebida e bem tratada. De modo geral, esse elemento se implica na própria

estrutura das relações sociais e é alimentado e reproduzido nas trocas cotidianas³. É a esse elemento que me refiro quando afirmo que a comida ocupa um lugar central nas interações, que está na base do “receber bem”, que é fundamento da generosidade e da boa educação. Nos momentos de troca, a afetividade e a memória também são postas em jogo.

Ellen Woortmann (2016) argumenta que existe um valor memória na comida. O alimento pode tanto construir novas memórias quanto se associar a eventos (felizes ou traumáticos) da trajetória das pessoas, tornando-se especial ou interdito. A autora fala de grandes eventos, como fomes duradouras ou contextos de violência, que transformam práticas alimentares e também abrem espaço para que determinadas classificações alimentares sejam refeitas. No caso cabo-verdiano, cujo clima árido dificulta a agricultura e a pecuária, a fome se fez presente em diversos momentos da história. Quando viajei ao país pela primeira vez, em 2013, minhas interlocutoras (um conjunto de universitárias da Universidade de Cabo Verde, a Uni-CV) contavam com dor das memórias que não haviam vivido: da fome dos anos 1940 e do acidente da assistência, quando um muro desabou sobre pessoas que esperavam numa interminável fila para receber o auxílio do Estado português em 1949. O evento traumático moldou-se à subjetividade e foi transmitido oralmente por aquelas que se lembravam dos detalhes. Nesse caso específico, a ausência do alimento e os dispositivos coloniais se incorporam à mentalidade coletiva, estabelecendo um regime de medo em relação à escassez sempre possível, um processo semelhante a outro descrito por Das (2000), ligado à vivência de grandes momentos de violência e ao modo como essa vivência se torna uma presença no cotidiano.

É possível pensar também nesse valor-memória do alimento a partir de elementos mais cotidianos. Numa visita, sua ausência é reparada e comentada na forma de rumores e fofocas que, por um lado, passam uma imagem de pobreza e necessidade material da qual as pessoas querem se desvincular e, por outro, estabelecem uma moralidade em relação à generosidade da pessoa que recebe (ou à falta dela). Essa circulação do alimento na lógica da dádiva não é totalmente inconsciente, mas elaborada e enunciada nos processos de socialização. Às crianças se ensina que devem sempre oferecer o que beber e o que comer para as visitas. Quando são mandadas à casa de alguém para que cuidem delas durante o dia, raramente vão de mãos vazias:

3 Não é possível deixar de notar que a *morabeza* não está dissociada da estrutura racial, econômica e étnica da sociedade cabo-verdiana. Trabalhos como de Eufêmia Rocha (2009) mostram que na relação com as africanas do continente, a *morabeza* dá lugar à discriminação, abrindo espaço inclusive para o nojo enquanto um sentimento que mantém as pessoas distanciadas, como mencionado anteriormente neste trabalho. Assim, o “diferente” acolhido pela sociedade cabo-verdiana de forma gentil vai ganhando contornos específicos (pessoas de origem europeia, estadunidense ou brasileira), resultando em grupos discriminados e mantidos à distância, como os chineses que menciono em outro trabalho (JUSTINO, 2015). Para uma abordagem crítica da *morabeza* ver Venâncio (2020).

levam aquilo que é entendido como *prenda* (ou presente) para as adultas que cuidarão delas ou um lanche para consumo próprio, na intenção de não sobrecarregar o orçamento alheio para além do necessário (o que está diretamente ligado à classificação do que é essencial e do que não é na alimentação cotidiana, questão que abordo adiante no artigo).

Essa lógica também opera em visitas *na fora*, isto é, nas viagens que as pessoas do bairro fazem a amigas ou parentes nos interiores da Ilha de Santiago. Nesses momentos, que em geral resultam em períodos de hospedagem como o final de semana ou os feriados religiosos, faz parte da etiqueta levar bens alimentícios específicos para presentear quem as hospeda. Nesse caso, o valor de presente está no tipo do alimento, não no teor alimentício em si. Colocando de outra forma: ao realizar uma visita longa que demanda hospedagem, dificilmente a pessoa levará arroz, carne, milho, feijão ou outro alimento essencial da dieta cotidiana, tendo em vista que isso pode soar como um insulto às anfitriãs, que poderiam ser interpretadas como mesquinhas ou pobres. Assim, é preferível levar doces, pães, bolos e *rissóis* (pequenos salgados congelados prontos para serem fritos e consumidos como lanches)⁴. O que destaco é a distinção entre uma refeição e um lanche: a refeição é um momento essencial do dia a dia, uma hora importante da rotina na qual nos dedicamos a fortalecer o corpo com comidas específicas; já o lanche diz respeito a um momento de lazer, e a comida assume outro aspecto, a saber, o da dádiva e o da produção de memórias e laços afetivos. Chamo atenção ao ponto, pois gostaria de discuti-lo adiante.

Outros momentos de sociabilidade na *Zona* também são marcados pelos alimentos. Não se faz uma festa de aniversário, de casamento, de batizado ou mesmo um funeral sem comida. Em todos esses eventos, as mulheres assumem papéis de centralidade no preparo, que geralmente ocorre fora da cozinha, com grandes panelas e o uso de lenha para manter a chama sempre viva. À medida que a quantidade da comida aumenta, aumentam a quantidade mulheres, de lenha (adquirida pelos homens, os meninos ou, na falta deles, pelas próprias mulheres) e utensílio envolvidos no preparo. A panela de três pés, por exemplo, é um item essencial: trata-se de uma panela grande, geralmente funda, feita de alumínio ou ferro batido, bastante pesada e com três pés que permitem que ela seja apoiada no chão, com a lenha é encaixada entre as pernas. Como nem todas as casas tem tal utensílio, sua circulação é necessária para a realização de grandes eventos. Nesses casos, a panela é devolvida com uma parcela da comida preparada para a festa,

⁴ É importante afirmar que essa situação se inverte no retorno da viagem: a anfitriã presenteia a visita com produtos alimentícios produzidos pela família em roçados (pequenos ou grandes) ou derivados dos animais de criação que são propriedades daquele lar. Assim, feijão, milho, leite, carne etc. surgem como possibilidades de presente na partida, mesmo que não o sejam na chegada.

mesmo que a proprietária tenha sido convidada e já tenha consumido tais alimentos.

Em dias de festa, são oferecidas comidas à base de milho e feijão, bastantes legumes cozidos, carne de cabra e de porco, além da *katxupa*, um dos pratos mais tradicionais da culinária cabo-verdiana, cujo preparo envolve diversos elementos do cotidiano alimentar. Uma *katxupa rika* é preparada em dias de festa com peixe, cabra, boi, frango e porco, além de vários tipos de milho e feijão combinados; legumes e algumas folhagens também podem compor o prato. No dia a dia, uma versão mais simples é preparada, com apenas um tipo de carne ou grão, mas igualmente apreciada, um sucesso (principalmente entre as crianças). A *katxupa* tem ainda um caráter especial de coletividade pode ser preparada a partir de contribuições múltiplas, o que confere um *status* diferenciado para o prato.

O que argumento a partir dessas descrições é que a comida é uma parte central da vida social da *Zona*. Não no sentido óbvio de que comer é essencial para a manutenção fisiológica do corpo, mas no sentido de que a sociabilidade, para acontecer, precisa ser atravessada pelo elemento. Não argumento que seja um caso exclusivo de Cabo Verde, uma vez que a alimentação é uma dimensão central em diversos contextos (CARRASCO I PONS, 2005; KATZ, 2016; OLIVEIRA e CHÊNE NETO, 2019; RODRIGUES, 2012), mas que as condições materiais da existência, as estratégias de construção de redes e as lógicas de reciprocidade que operam no cotidiano do bairro dependem da circulação dos alimentos. O contexto econômico de escassez e o constante risco à segurança alimentar não são inteiramente contornados pela dimensão do trabalho, e as pessoas dependem da reciprocidade para garantir alimento em casa.

Heloísa Rodrigues (2012) demonstra como o fenômeno da alimentação sobrepõe-se à dimensão biológica das necessidades e se estabelece como um fenômeno de reprodução social, principalmente a partir da noção de hospitalidade, que pressupõe o compartilhamento. Ora, a partir dessa perspectiva é rico refletir sobre o papel que o alimento e o ato de compartilhá-lo tem nas relações sociais, na definição de *status* e nas dinâmicas de poder, como bem aponta a autora. Mauss (2013), ao falar sobre o regime de trocas apoiado na tríade de obrigações de dar-receber-retribuir, ilustra bem o fenômeno da circulação e o compartilhamento de algo, além de sua potência para as relações entre os sujeitos implicados na relação – sejam eles materiais, sejam metafísicos, sejam humanos (ou não).

O delicado regime de trocas estabelecido pela dádiva nos termos originalmente propostos por Mauss é mantido dentro de uma dimensão espaço-temporal própria, afinal, como bem lembra Caillé (2002), uma das distinções entre o sistema de dádiva e o de *commodity* é a velocidade com que o ato de “retribuir” acontece, de modo que no primeiro sistema essa velocidade é lenta, o tempo é dilatado, prolongando a relação que está fundamentada nele. No segundo sistema,

a retribuição é instantânea, por meio da moeda, do valor financeiro, o que encerraria a relação instantaneamente, resolvendo a questão da dívida moralmente estabelecida e tornando quase estéril, em termos de relações potenciais, esse campo de troca.

No contexto que discuto neste artigo, é essa a centralidade assumida pelo alimento nas relações sociais. A hospitalidade, o compartilhamento, a circulação, todas são faces de um mesmo fenômeno: a construção e a manutenção de uma rede de relações que contribui diretamente para a sobrevivência das pessoas em situação de pobreza e de isolamento em relação às suas redes de apoio, que ficaram nas suas origens (outras ilhas, localidades ou países).

Em todos esses momentos de sociabilidade e construção de redes existem alimentos desejados, recomendados ou que pouco se recomenda que sejam servidos. Esse fenômeno diz respeito a uma lógica compartilhada principalmente pelas adultas, transmitida para as crianças no processo de socialização, como mostro na seção seguinte. Embora não se trate aqui de uma análise aprofundada de todo o sistema classificatório alimentar de Cabo Verde, meus dados permitem traçar alguns mecanismos de classificação que operam no cotidiano. Tais mecanismos, enquanto instrumentos analíticos (CUNHA, 2014; MORAIS e RATTON JR., 1999), permitem que o processo de socialização no qual minhas sujeitas de pesquisa (adultas e crianças) estão envolvidas seja analisado a partir das duas perspectivas, sem que uma necessariamente ofusque a outra. Um mergulho mais aprofundado nos meus dados permitiria que esses mecanismos se tornassem parte de um sistema complexo, mas, por ora, retenho minha análise nas classificações operadas cotidianamente e nas diferenças intergeracionais.

As características que passo a descrever não dizem respeito a um conjunto de interdições e tabus alimentares nos moldes do estruturalismo de Lévi-Strauss (2010) ou das contribuições de Douglas (2010), que por muito tempo balizaram os estudos antropológicos sobre alimentação (OLIVEIRA e CHÊNE NETO, 2019), mas a uma forma de selecionar, dentre os alimentos disponíveis, aqueles que cumprem melhor o papel de dar sustento ao corpo, numa perspectiva que se assemelha ao que Klaas Woortmann (2008) argumenta em relação ao contexto brasileiro. A disponibilidade, por sua vez, está relacionada a fatores socioeconômicos, climáticos e com a extensão da rede de partilha que as famílias constroem entre si.

De modo geral, o cotidiano alimentar das pessoas adultas é composto por duas ou três refeições “fortes”, podendo ser acrescido de outras refeições “fracas”, rápidas, que não exigem tanto preparo. As refeições fortes podem variar conforme a origem das pessoas. Entre as pessoas da comunidade guineense com quem convivi, por exemplo, a base alimentar era o arroz. Maria, minha principal interlocutora adulta, uma mulher guineense que havia adotado Praia como lar, costumava me dizer: “Guineense não come sem arroz. Pode faltar galinha e

peixe, mas o arroz tem que ter”. Na casa dela, salada e legumes eram dispensáveis, desde que houvesse arroz em abundância e um peixe ou frango para complementar. A pimenta, chamada de *malageta*, também é um ingrediente importante para essa comunidade. Nos lares de famílias cabo-verdianas onde fui convidado a partilhar da mesa, o que raramente faltava eram o feijão (em diversas variedades) e os tubérculos, como a batata e a mandioca.

O consumo de carnes inclui frango (principalmente coxa e sobrecoxa), peixes variados vendidos na rua, por mulheres e homens que carregam bacias na cabeça e vão de porta em porta oferecendo o produto, carne de porco (criado nos fundos ou terraços das casas e abatido aos sábados de manhã) e de caprinos (que se adaptam bem ao terreno pedregoso e montanhoso da *Zona*). As duas últimas opções são estrelas em festas, onde a comensalidade é o elemento central do evento, como expliquei anteriormente. Festas de aniversário de adultas e grandes eventos da vida das crianças, como o batismo e a primeira comunhão, são momentos para preparar banquetes que contêm: arroz, carnes ensopadas com legumes, xerém, feijões de muitas variedades (alguns colhidos nos arredores da *Zona* pelas próprias mulheres responsáveis pelo preparo, aliás), sarapatel e chouriço, entre outras opções, que podem variar conforme a origem das pessoas envolvidas na festa. Cabe uma nota à carne bovina, cujo consumo é raro, tendo em vista a dificuldade de criar gado nos terrenos montanhosos de várias das ilhas cabo-verdianas, além da escassez de água que dificulta o cultivo de pasto.

Essas comidas servidas no cotidiano que representam fartura em dias de festa são chamadas de *kumida di sal* (comida de sal), ou *kumida kenti* (comida quente). São parte fundamental da noção de corpo forte e são manifestações das práticas de cuidado principalmente com as crianças, como mostrarei na seção seguinte e discuto em detalhes em outro trabalho (JUSTINO, 2022). É preciso ressaltar que a classificação das comidas enquanto *kumida di sal* e, portanto, sua valorização entre os alimentos disponíveis levam em consideração outros fatores além do teor nutricional ou do grau de elaboração do prato, de modo que, como afirma Woortmann (2016, p. 65) “as prescrições e especialmente as proscricções alimentares a rigor nada tem a ver com os elementos biológicos que incluem”.

A sopa é um exemplo a ser explorado: nas manhãs dos dias de semana é comum observar mulheres com grandes baldes nas paradas de ônibus, onde elas vendem seu produto: uma sopa de legumes com macarrão. Também é comum ver homens, principalmente trabalhadores da construção civil, adquirindo e consumindo a sopa antes de seguir para o dia de trabalho. Esse prato é um componente misto das refeições: serve de desjejum forte que garante vigor físico e disposição para as tarefas do dia a dia, mas também de refeição quente do dia para as crianças, como é o caso da refeição do meio-dia no Jardim Acalanto. No contexto infantil, é a sopa que

vai trazer os elementos “fortes” da alimentação das crianças, enquanto os lanches da manhã e da tarde servem de paliativos ou substitutos fracos, quando o assunto é construção do corpo.

A sopa também pode assumir outro formato em momentos de escassez, no entanto: o macarrão instantâneo vendido no mercado a preços baixos e acessíveis às classes mais pobres. Em muitos casos, esse produto (pronto em até três minutos após o acréscimo de água quente) é consumido sozinho, isto é, sem qualquer complemento de verduras ou carne. Seu teor nutricional não se compara ao da sopa feita com ingredientes *in natura*, mas, em termos simbólicos, as duas receitas estão muito próximas, de modo que o que eu chamo de macarrão instantâneo pode ser chamado por e consumido como sopa no café da manhã, no almoço ou no jantar.

Esse exemplo da sopa revela uma intersecção com outro polo da classificação alimentar: o da comida cujo consumo não deve ser contínuo, embora também componha o cotidiano alimentar. Se de um lado temos a *kumida di sal*, alimentos desejados e recomendados, do outro, temos as *fatiotas*, que não são recomendadas, mas são desejadas. As *fatiotas* são comidas doces, frias ou muito industrializadas e não são o elemento ideal da dieta das adultas, embora sejam a preferência das crianças. No geral, essa categoria de comidas diz respeito aos lanches, sobremesas e determinadas comidas de festa, como o bolo de aniversário e os refrigerantes. Elas são valorizadas pelo sabor e pelo prazer que proporcionam, seja na hora de comer, seja pela sociabilidade que se desenvolve à volta do ato. Dito isso, elas não compõem o corpo, não fornecem vigor físico e disposição para o trabalho e seu consumo excessivo é indesejado, sendo uma das preocupações maiores que as adultas têm em relação às crianças, que precisam se alimentar de *kumida di sal*.

Em termos de industrialização e teor nutricional, o macarrão instantâneo estaria muito mais próximo da *fatiota* que da *kumida di sal*. O que ocorre, no entanto, é uma inversão dessa classificação, tendo em vista as similitudes classificatórias em jogo no processo de decisão do que é bom para comer em termos de sustento e do que é bom de comer, mas não serve de fonte de força. Nas relações de cuidado intergeracionais, como no caso das adultas e crianças com quem convivi ao longo do trabalho de campo, a distinção entre esses dois campos alimentares se agrava, pois o que está em questão é a potencialização do crescimento da criança não só em aspectos subjetivos, mas também em ideais de corpo (que exploro na seção seguinte) a serem alcançados.

Por fim, é notável a miríade de elementos que estão em jogo no cotidiano alimentar da *Zona*. Não só a necessidade de estabelecer relações amplas de solidariedade para garantir a segurança alimentar é essencial, mas manter essa rede sempre viva e em movimento também pode ser fundamental para a sobrevivência. As crianças são peça-chave desse fenômeno, construindo

e fortalecendo a rede, seja pelo seu circular, seja pela necessidade de serem alimentadas. O que se come (e se há algo para comer, eu diria) e quando se come precisa ser considerado para compreender o dia a dia do bairro.

ALIMENTAÇÃO E INTERGERAÇÃO NA RELAÇÃO COM AS CRIANÇAS

Em um dia comum no Jardim Acalanto, as atividades começavam às 8 horas da manhã, e, no entanto, as crianças chegavam desde as 6h30, quando mães, tias, vizinhas e irmãs mais velhas passavam para deixar as crianças a caminho do trabalho ou da escola. A maioria tomava café da manhã em casa, e algumas vinham pelo caminho comendo um pão que compravam em uma *loja* de sua preferência. Entre 8h e 9h ocorria a acolhida, um momento de saudar as colegas, cantar músicas e entoar o hino nacional e outras cantigas infantis. Após esse momento, elas eram ordenadas a pegar as bolsas, a sentar no chão e fazer o lanche.

Era um momento de alegria e muito barulho. As crianças tiravam de suas bolsas diversas opções de comida: iogurtes, sucos, bolachas doces (industrializadas ou caseiras), leite em pó para ser diluído em água, cereais, pães (com manteiga, chocolate ou sem acompanhamento), frutas diversas (principalmente kiwi, laranja e maçã), cuscuz e, em raras ocasiões, arroz com feijão. As crianças comparavam os lanches, diziam do que gostavam e o que não queriam comer e se reuniam em grupos para realizar a refeição de acordo com suas afinidades. As meninas mais velhas, com 5 ou 6 anos, também se revezavam para ajudar as bebês a comerem, tendo em vista que elas só comem o que lhes é entregue à boca. Esse momento durava quase uma hora, até que todas tivessem acabado de comer e as responsáveis limpado o chão dos restos do lanche (migalhas, suco derramado, embalagens etc.).

Ao meio-dia, as responsáveis começavam a servir a sopa, colocada em pequenas tigelas padronizadas e distribuída primeiro às crianças que iam embora depois do almoço. Como não havia tigelas para todas, era feito um revezamento. As meninas maiores auxiliavam na distribuição da comida e novamente ajudavam a servir as bebês, que comem do mesmo alimento. Esse era um momento difícil do dia, porque as crianças tomavam a sopa com menos satisfação do que a que demonstravam ao comer seus lanches trazidos de casa. Para as adultas, no entanto, era essencial que elas comessem, pois, no entendimento delas, é a sopa, não o lanche, que fornecerá sustento para as pequenas. Algumas crianças se recusam a comer e são

castigadas, sem que seja levada em conta a possível falta de apetite, já que a última refeição fora feita havia apenas duas horas.

Do ponto de vista das adultas, é essencial fazer com que as crianças comam. Trata-se da responsabilidade delas na modalidade de relação intergeracional em jogo no jardim. As mães confiam suas crianças às responsáveis pelo espaço acreditando que elas serão tão bem cuidadas como são quando estão em casa. Em alguns casos, o próprio ato de deixar a criança no jardim tem o intuito de fazer com que a criança coma, como no caso de Carlos.

Carlos é filho de uma bem-sucedida comerciante, dona Nilza. Sua mãe trabalha no mercado municipal, no centro da cidade, mora em uma grande casa na *Zona* com os três filhos do casamento com o pai de Carlos, além de um filho e uma filha do esposo com outras mulheres. Muito católica, é respeitada tanto na igreja quanto na associação de moradoras da qual faz parte, sendo uma referência para as pessoas que a conhecem e uma pessoa cuja amizade é bastante valorizada. Carlos chegava sempre às 8h ao jardim com algum dos irmãos mais velhos. A mãe o acompanhava apenas no dia do pagamento ou quando havia algum assunto a ser conversado. Era o *kode* da família, isto é, o mais novo e, portanto, o que recebia mais atenção, o que se repetia no jardim, onde ele era muito bem tratado também pelos filhos de Maria. A mãe sempre se queixava de que Carlos não comia em casa. Não comia nem *kumida di sal*, nem *fatiotas*, era magro e tinha a saúde fraca. As únicas pessoas que conseguiam fazer com que Carlos comesse bem eram Maria e seu filho mais velho, Edson. Por esse motivo, dona Nilza mandava muita comida na bolsa do filho, na esperança de que Maria conseguisse fazê-lo comer e isso compensasse a falta de apetite em casa.

O menino sempre carregava na bolsa dois iogurtes, duas gelatinas, duas ou mais frutas, papa, leite, bolo ou bolacha e nunca estava disposto a comer isso tudo, mesmo que passasse o dia inteiro na instituição. Sendo assim, era a primeira bolsa que as cuidadoras olhavam, e ele era sempre o primeiro da fila a oferecer seu lanche quando outras crianças não tinham nada para comer. Um acordo tácito operava nessa situação: Carlos não contaria para ninguém de casa que seu lanche fora repartido, e as cuidadoras não contariam que Carlos não comera tudo. A condição do acordo era a seguinte: ele devia comer alguma coisa e não poderia pular refeições. Assim, a mãe não era envolvida na transação e a situação da criança sem lanche poderia ser resolvida. Quando algum dos termos não era respeitado, e Carlos voltava com lanche na bolsa, dona Nilza aparecia para reclamar, gerando um mal-estar entre as cuidadoras. Nesse contexto, Maria geralmente acusava Neuza, a cuidadora mais nova, de não ter prestado atenção suficiente a Carlos.

O caso de Carlos permite explorar ainda outras questões: a circulação de comida entre as

crianças e a importância do lanche. Entre as crianças, de modo geral, a comida não é propriedade exclusiva de nenhuma delas, mas o ato de tomar a comida de outra, deixando-a sem alimento, é inaceitável e gera queixas e denúncias às adultas, que procedem com os castigos devidos. O ato de compartilhar a comida, por outro lado, é permitido e incentivado. As crianças comparam suas opções, elaboram suas negociações e tentam trocar entre si buscando satisfazer todas as vontades. Nessa economia específica, Jamil negociava com maestria. O simpático finalista (categoria das crianças com 6 anos que passariam ao ensino básico no ano seguinte) negociava cuscuz e bolachas com leite em troca de frutas, que ele preferia. Foi em uma dessas trocas que pude observar a primeira vez que o menino comeu um kiwi, estranhando a casca peluda, incerto de como deveria proceder. Sua fruta favorita, no entanto, era a laranja, que ele trocava com seu amigo Dwayne, que não gostava de comer nada em particular (talvez a batata frita que ele me ofereceu quando visitei sua casa).

A circulação da comida entre as crianças recebia apenas uma intervenção das adultas: a condição de que não importava a troca, era necessário comer alguma coisa. Assim, as responsáveis ficavam atentas aos movimentos para se certificar de que nenhuma das crianças, principalmente aquelas cujas mães enfatizavam a necessidade de alimentá-las, ficasse sem comida. Nos casos extremos das crianças que não se alimentavam em casa, o lanche assumia um papel similar ao da *kumida di sal*, ou seja, ocorria uma alteração de valor que elevava o lanche a outra categoria, de refeição casual à refeição principal. Somente nesses casos e nos de grave pobreza o lanche era entendido como suficiente. O que quero dizer é que, entre não comer nada e comer apenas o lanche de *fatiotas*, as adultas preferiam a segunda opção, embora seguissem na tentativa de fazer com que a sopa (a *kumida di sal*) fosse consumida até o fim.

É preciso dizer ainda que a classificação dos alimentos que as adultas se esforçavam para transmitir no processo de socialização das crianças não era inteiramente partilhada por estas. Do ponto de vista das pequenas, não importava se a comida era *kumida di sal*, *fatiota*, quente ou fria, forte ou fraca. Importava mais que a comida fosse gostosa e que suas vontades fossem satisfeitas. Não eram poucos os casos em que a criança dizia estar com fome, mas só queria comer algo específico, sem ligar para as alternativas disponíveis. Isso mostra que o ato de se alimentar não é a mera satisfação de uma necessidade fisiológica, o que em si não é novidade (CARRASCO I PONS, 2005; KATZ, 2016; OLIVEIRA; CHÊNE NETO, 2019; RODRIGUES, 2012), mas demonstra que o fator geracional influi nos ideais de alimento, nos sistemas classificatórios e nos valores atribuídos à comida. Nessa interação entre adultas e crianças que descrevo aqui, pelo menos duas classificações conflitantes eram justapostas no cotidiano, gerando certos conflitos. O exemplo que permite visualizar a intersecção de todos

esses elementos é a couve.

Cultivada por Maria em seu terraço e picada em pedaços pequenos, a couve era adicionada na sopa sempre que possível (outros elementos comuns na sopa eram macarrão, arroz, cenoura e banana). As crianças não, no entanto, gostavam do aspecto da folhagem, e algumas não comiam se não fossem forçadas, enquanto outras propunham trocas com as colegas, que as recusavam ou aceitavam a depender dos termos propostos. Mas o que causou grande agitação foi a estratégia adotada por um pequeno grupo: esconder a couve num buraco na parede.

A sopa era servida no pátio do jardim . Sentado a um canto, eu observava o cotidiano e me engajava nas tarefas. Em um dia de maio de 2019, enquanto ajudava as responsáveis a alimentar as bebês, observei um movimento no canto oposto do espaço (mais distante das adultas): várias crianças passavam por ali e se demoravam um pouco antes de rumar para outro canto para terminar a refeição. Isso se repetiu durante três dias até que a pequena Luana (3 anos) veio se queixar com Maria: “*Tia, la sim sta so nidia!*” (“Tia, lá está cheio de formigas”), enquanto apontava para o lugar que as crianças passaram os dias rondando. Quando Maria se aproximou, encontrou o buraco na parede tomado de formigas e preenchido pela couve estragada que as crianças vinham depositando ali para que não a comessem. Nesse dia, todas foram castigadas.

O episódio da couve no buraco serve de exemplo para demonstrar o quão distantes podem estar as classificações das adultas e das crianças e o tanto que estas estão dispostas a fazer para não comer aquilo que não consideram bom. A couve era um elemento a mais em uma refeição já valorizada pelas adultas, tinha o papel de compor a dieta e fortalecer o corpo das crianças, permitindo que as adultas exercessem seu papel de cuidadoras com tranquilidade. Esse exemplo mostra a seriedade conferidas pelas adultas à tarefa de alimentar as crianças. Embora o castigo seja uma medida usual para a correção de comportamentos entendidos pelas adultas como desviantes (JUSTINO, 2022), quando usado para todas, estabelece uma mensagem clara: algo de muito sério foi violado. A recusa a consumir a couve e o consequente desperdício representam uma quebra na confiança que as mães depositam no jardim, por um lado, e afetam diretamente um sistema secundário da alimentação, a saber, a circulação das sobras.

No jardim, como em tantas outras casas da *Zona*, o desperdício de comida é evitado. O que sobra de alimento serve para os cachorros ou é transportado entre a vizinhança para alimentar porcos e outros animais. Nesse movimento estabelece-se uma troca que pode significar o ganho de uma parcela da carne a longo prazo ou uma troca a curto prazo em que quem recebe retribui com alguma prenda ou comida fresca feita em casa. Ao retirar a couve de suas tigelas e escondê-la, as crianças violam a lógica dadivosa, aderindo à prática do desperdício, que não

estabelece relação nenhuma que não a do castigo. Do ponto de vista das crianças, nenhum malfeito aconteceu, mas, para as adultas, algo grave havia se passado.

A reação das adultas responsáveis também está diretamente conectada com as noções de cuidado, corpo e construção da pessoa em Cabo Verde. Como já afirmei, as mães confiavam suas crianças ao jardim, elas não eram apenas deixadas lá, isto é: matricular a criança na instituição é um ato calculado de manutenção de cuidados a partir de uma noção compartilhada do que é criar uma criança (dar de comer, vestir, limpar, socializar, educar etc.). A prática de cuidado que surge a partir da etnografia da *Zona* pode ser definida como um processo coletivo de construção da pessoa, no sentido apresentado por Mauss (2003) em seu seminal ensaio sobre a noção de pessoa. A construção do sujeito adulto que vai compor as redes de partilha e solidariedade que menciono com ênfase neste trabalho passa pela inserção das crianças nessas redes como sujeitos ativos na construção de nós, mas também como objetos do cuidado.

O ideal cabo-verdiano de pessoa é complexo. Dentre os valores que se destacam estão a circulação como valor (LOBO, 2012a; VASCONCELOS, 2012), a migração e o estudo como projetos de ascensão social (DIAS, 2000; FORTES, 2013; LOBO, 2014) e o cuidado compartilhado e as redes extensas de parentesco como estratégias que permitem a realização desses projetos (DROTBOHM, 2009, 2013; LOBO, 2010, 2013, 2014, 2021). O que quero destacar aqui é que a criação das crianças é uma aposta coletiva, um projeto da comunidade mais ampla, de modo geral, e da rede imediata de relações, em específico. A socialização da criança é atravessada por tentativas de transmitir um modo de ser e estar no mundo que seja benéfico ao coletivo. A criança é ensinada a respeitar, ouvir e atender o chamado das adultas e deve estar disposta a realizar os *mandados* (favores cotidianos, como levar e buscar algo na casa de alguém, ir à loja comprar algum produto ou realizar tarefas domésticas, por exemplo), a forma de participar do cotidiano do bairro e cuidar também das adultas, facilitando suas lidas diárias. Para realizar os *mandados*, é preciso de um corpo forte e sadio, o mesmo corpo de que as crianças precisam para brincar.

No caso dos meninos, um corpo bom é aquele com braços e pernas fortes, aspecto observado principalmente na *batata* do braço (bíceps) e na *barriga* da perna (panturrilha), além de uma *polpa* (nádegas) grande, onde elas recebem tapas e beliscões em momentos de castigo. Para as meninas, é um corpo mais esguio, mas com *kadera largu* (quadril largo), pernas fortes, *polpa* grande e cabelos sempre trançados. Nos dois casos, a postura deve ser ereta, o que facilita o transporte de objetos mais pesados, apoiados numa rodilha de pano sobre a cabeça. Na compreensão compartilhada no bairro, esse corpo ideal se constrói a partir da alimentação, principalmente a *kumida di sal*, que dá força e disposição e vira a matéria do corpo, por sua vez

a materialização da força social, da capacidade de se mover e tecer redes.

A alimentação é, portanto, fundamental para alcançar o ideal da pessoa, pois ela é o aspecto material e combustível do crescimento e do corpo, entendido aqui como o invólucro material do sujeito ou a materialização da subjetividade (LE BRETON, 2011), mas também como algo plástico, a ser moldado no processo de envelhecimento. Essa característica plástica é o que sobrevaloriza essa relação entre adultas e crianças, como mostra o exemplo de Sinira (6 anos).

Encontrei a pequena Sinira na festa de primeira comunhão de sua vizinha, Hyasmine (7 anos). Maria e eu fomos convidadas pela mãe da homenageada e lá encontramos várias famílias que a proprietária do jardim conhecia por seus anos de trabalho no cuidado de crianças. Na hora de comer, a mãe de Sinira se aproximou e pediu ajuda, dizendo que a menina não queria comer nada do que estava sendo oferecido pelas anfitriãs e que era assim em casa também. Maria me contou que Sinira costumava frequentar seu jardim, mas havia sido transferida para outra instituição após um desentendimento com o pai da criança. A dona do jardim falava orgulhosa que a menina só comia bem quando estava com ela e passou um tempo apontando as características de quem não se alimenta: olho fundo, rosto magro, cabelos sem vida, pernas finas e quadris estreitos. Pediu que eu servisse um prato de comida que ela então daria na boca da criança, reforçou que eu deveria colocar muito arroz e batata, deixar a salada para depois e que não deveria colocar tanta carne, pois a carne servida (que era de cabra) poderia fazer mal à criança. Com Sinira bem presa entre as pernas, Maria começou a alimentá-la e não parou até a menina comer tudo que estava no prato. A mãe agradeceu ao final e fez a promessa de rematricular a menina no Jardim Acalanto, pois só Maria conseguia fazê-la comer.

A mãe e as irmãs mais velhas de Sinira possuíam o mesmo biotipo: corpos magros, com quadris não tão largos e membros mais finos e compridos, de modo que a menina se assemelhava muito a elas. A mim, não me parecia que apenas a falta de comida a fazia aparentar magreza e, conversando com Maria sobre isso, ela me disse: “Não, ela é assim porque não come. Quando ia ao meu jardim, ela tinha um quadril largo, uma *polpa!*”. Outras mães também ressaltavam essa característica de Maria, que conseguia fazer as crianças comerem e mudar seus corpos, como era o caso de dona Nilza, mãe do Carlos já mencionado, e as muitas mães com bebês de colo que pediam que Maria as ajudasse na introdução de outros alimentos além do leite materno ou em procedimentos que moldariam o corpo das crianças, aproximando-o de um ideal – ideal esse que é elaborado no campo geracional das adultas e flui para o campo infantil por meio do processo de socialização. É importante ressaltar dois elementos: os discursos sobre corpos ideais são elaborados e reproduzidos pelas adultas para as crianças, de modo que os

captei a partir da interação intergeracional, o que significa que ele surge na etnografia como um componente de contradição entre os dois grupos etários. Isso nos leva ao segundo elemento, isto é, a concepção de corpo que as crianças mobilizam. Essa concepção não difere tanto daquela elaborada pelas adultas: os meninos se comparam usando o tamanho do braço ou realizando testes de força, enquanto as meninas carregam as bebês apoiadas no quadril ou comparam seus penteados em suas disputas internas. No entanto essa concepção não está diretamente ligada à alimentação e ao campo dos cuidados, como ocorre no universo das adultas.

Por fim, para além das classificações alimentares e da necessidade fisiológica de comer, a dimensão da comida perpassa também a construção dos corpos e afeta diretamente a potencialidade do sujeito. Não é à toa que, na hierarquia de distribuição alimentar, as crianças ocupam um lugar especial. Na distribuição doméstica dos alimentos, os homens adultos e as visitas tendem a receber a melhor parte, ao passo que as mulheres e pessoas mais novas tendem a receber menos ou escolher do que sobra. Às crianças é sempre reservada uma parte, porém, de modo pode ser que não comam de tudo que está servido, mas certamente serão alimentadas com aquilo que naquela casa se considera o mais importante para o seu crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A alimentação é uma dimensão social, variável no tempo e no espaço, extremamente rica para a análise etnográfica; é constituída e afetada por condições econômicas, climáticas, geográficas, de pertencimento nacional etc. Em Cabo Verde não poderia ser diferente. Olhar para essa dimensão nos permite vislumbrar o funcionamento de circuitos de ajuda e de compartilhamento que envolve, além da comida, as pessoas, os valores e os ideais de ser.

A perspectiva das crianças enriquece a análise a partir de suas classificações alimentares, que propõem caminhos alternativos às classificações construídas pelas adultas. Essa perspectiva também nos permite observar o surgimento de uma economia de circulação na qual as crianças evitam o que não gostam, negociando com seu círculo de relações (condicionado a outras relações, como a do brincar e as relações e distinções de gênero) aquilo que mais gostam de comer. É preciso ressaltar ainda que as crianças fazem mais do que absorver um *ethos* alimentar das adultas, construindo o próprio a partir da convivência, uma vez que não são passivas nesse processo. A dimensão temporal, as alterações climáticas e as relações de cooperação que Cabo Verde inaugura, mantém e fortalece com outros países, entre outros elementos, podem alterar

o escopo de possibilidades alimentares ao longo dos anos, de modo que a própria comida sofra transformações ao longo do processo histórico. O *ethos* alimentar que as adultas buscam transmitir não é imune a mudanças, não pode ser cristalizado, e as fricções resultantes do encontro intergeracional são apenas uma faceta do processo de construção do *ethos* da futura geração.

Um exemplo disso é a ideia do corpo: para as adultas, evidente está que o corpo se constrói a partir do alimento que se consome (e da qualidade dele), enquanto as crianças valorizam o exercício (e a plasticidade) ou o caráter inato (e a determinância) na equação. Não cabe ao etnógrafo prever futuros, mas posso apontar a possibilidade de que essa diferença na concepção do que é um corpo pode não se tratar apenas de uma distinção geracional, mas de uma concepção nova, a ser fortalecida ao longo do tempo. Uma pesquisa de longo prazo apontaria esse possível resultado e o modo como a centralidade da alimentação na esfera dos cuidados seria afetado.

Olhar para a relação geracional permite também observar a ideia de corpo como ponto dialógico entre os dois polos: adultas tecem estratégias para contornar a percepção das crianças e buscam cultivar a ideia da plasticidade moldada pelo alimento, encontram-se a meio caminho. No entanto, o cotidiano mostra frestas e incoerências no discurso das adultas, que tendem a seus próprios determinismos (principalmente no que tange à dimensão de gênero e habilidades de cada um), explorados pelas crianças, que desejam escapar das prescrições alimentares das adultas.

De matéria-prima para o corpo a elemento utilizado para construir redes sociais, o alimento assume ainda uma importância crucial que remete ao que Sahlins (2013) chama de “*mutuality of being*”, isto é: o compartilhamento de condições de existência aproxima as pessoas em um nível profundo do ser, inaugura relações de parentesco onde antes havia desconhecimento. O alimento cria proximidade em todos os seus níveis mais intensos, e observar os itinerários alimentares desvenda essas dinâmicas. Compartilhar e comer junto, na perspectiva de Sahlins, são formas de imbricar existências. Assim, as adultas não estão apenas tolhendo as pulsões alimentares das crianças quando tentam fazer prevalecer seus discursos. Elas estão cuidando de si, planejando um futuro e convidando as crianças a tomarem parte neste processo.

REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
2. BOURDIEU, Pierre. **O Senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.
3. CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis: Vozes, 2002.
4. CARRASCO I PONS, Sílvia. Pontos de partida teórico-metodológicos para o estudo sociocultural da alimentação em um contexto de transformação. *In*: CANESQUI, Ana Maria; GARCIA, Rosa Wanda Diez (org.). **Antropologia e nutrição: um diálogo possível**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. p. 101-126.
5. COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
6. CRUZ, Maria Auxilia; FORTES, Celeste. Os “não” lugares dos homens pais e companheiros nas famílias da Ilha de Madeira. *In*: PÓLVORA, Jacqueline Britto; ANJOS, José Carlos Gomes dos (org.). **Dinâmicas identitárias, culturais e de gênero em Cabo Verde**. Praia: Edições Uni-CV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 35-61.
7. CUNHA, Ailton Vieira da. **Redes sociais, efeitos da vizinhança e criminalidade: o capital social e a eficácia coletiva como mecanismos explicativos da violência urbana**. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
8. DAS, Veena. The act of witnessing: violence, poisonous knowledge, and subjectivity. *In*: DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela (ed.). **Violence and subjectivity**. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2000. p. 205-225.
9. DIAS, Juliana Braz. **Entre partidas e regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde**. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
10. DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
11. DROTBOHM, Heike. Horizons of long-distance intimacies: Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde. **The History of the Family**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 132-149, 2009.
12. DROTBOHM, Heike. The promises of shared motherhood and the perils of detachment: a comparison of local and transnational child fostering in Cape Verde. *In*: ALBER, Erdmute; MARTIN, Jeannett; NOTERMANS, Catrien (ed.). **Child fostering in West Africa: new perspectives on theory and practices**. Leiden/Boston: Koninklijke Brill NV, 2013. p. 177-199.
13. DROTBOHM, Heike. Shifting care among families, social networks, and state institutions in times of crisis: a transnational Cape Verdean perspective. *In*: ALBERT,

- Edmute; DROTBOHM, Heike (org.). **Anthropological perspectives on care: work, kinship, and life-course**. New York: Palgrave Macmillan, 2015. p. 93-116.
14. FORTES, Celeste. **“Estudo para não ter a mesma vida da minha mãe”**: gênero e educação em Cabo Verde. 2013. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/13668>. Acesso em: 23 mar. 2023.
15. GRASSI, Marzia. **Rabidantes: comércio espontâneo transnacional em Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
16. INE-CV – Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. **Estatísticas das famílias e condições de vida** (inquérito multi-objectivo contínuo 2019). Praia: INECV, 2020.
17. JUSTINO, André. **O dragão e o baobá: visitando as relações China-África a partir do contexto cabo-verdiano**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/10060>. Acesso em: 23 mar. 2023.
18. JUSTINO, André Omisilê. Caminhando com Miguel: estratégias para a pesquisa com crianças em Cabo Verde. **Altera**, João Pessoa, v. 2, n. 13, p. 75-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/60003>. Acesso em: 23 mar. 2023.
19. JUSTINO, André Omisilê. **A esperança do amanhã: cuidados, carinhos e castigos em uma etnografia com crianças cabo-verdianas**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/44643>. Acesso em: 23 mar. 2023.
20. KATZ, Esther. Introdução. In: WOORTMANN, Ellen e CAVIGNAC, Julie (org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação: saberes, dinâmicas e patrimônios**. Natal: EDUFRN, 2016.
21. LAPLANTINE, François. **The life of the senses: introduction to a Modal Anthropology**. Londres: Bloomsbury, 2015.
22. LE BRETON, David. **Antropologia do Corpo e Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.
23. LÉVI-STRAUSS, Claude. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify, 2010. Coleção Mitológicas 1.
24. LOBO, Andréa de Souza. **Um filho para duas mães?** Notas sobre a maternidade em Cabo Verde. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 53, n. 1, p. 117-145, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27347>. Acesso em: 23 mar. 2023.
25. LOBO, Andréa de Souza. Vidas em movimento. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde. In: LOBO, Andréa de Souza; DIAS, Juliana Braz (org.). **África em movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012a. p. 65-83.

26. LOBO, Andréa de Souza. “Negociando pelo mundo: as rabidantes cabo-verdianas e suas rotas comerciais.” In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos**. 1. ed. Brasília: ABA Publicações, 2012b. v. 1, p. 317-338.
27. LOBO, Andréa de Souza. Crianças em cena. Sobre mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde. **Ciências Sociais Unisinos**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. 64-74, 2013. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.1.08. Acesso em: 23 mar. 2023.
28. LOBO, Andréa de Souza. **Tão longe tão perto**. Famílias e “movimentos” na Ilha da Boa Vista de Cabo Verde. 2. ed. Brasília: ABA Publicações, 2014.
29. LOBO, Andréa de Souza. “É uma vida de sacrifício... faço pelos meus filhos” Crianças e trajetórias migratórias em Cabo Verde. **Zero-a-Seis**, [S. l.], v. 23, n. 43, p. 915-948, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/72930>. Acesso em: 23 mar. 2023.
30. MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de “eu”. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
31. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
32. MEAD, Margareth. An investigation of the thought of primitive children, with special reference to animism. **Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 62, p. 173-190, 1932.
33. MORAIS, Jorge Ventura de; RATTON JR, José Luiz Amorim. As ciências sociais e a explicação por mecanismos: um novo enfoque metodológico? In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23., Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais, 1999.
34. MOREIRA, Evelize Cristina; MACIEL, Maria Eunice. Comida de *teranga*: a alimentação como tradução dos processos de transnacionalização religiosa entre senegaleses em Porto Alegre. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 6, n. 11, p. 1-26, 21 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/16741>. Acesso em: 23 mar. 2023.
35. OLIVEIRA, Thágila; CHÊNE NETO, Guilherme. Comer: necessidade vital, metáfora da vida social. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 6, n. 11, p. 1–12, 24 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/equatorial/article/view/19105>. Acesso em: 23 mar. 2023.
36. PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/3kz5pdFYfh4dZW4XFxDyBqz/?lang=pt#:~:text=Uma%20das%20poss%C3%ADveis%20contribui%C3%A7%C3%B5es%20dos,produtor%20e%20reprodutor%20de%20cultura>. Acesso em: 23 mar. 2023.
37. ROCHA, Eufêmia. **Mandjakus** são todos os africanos, todas as gentes pretas que

- vêm de África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Humanas e Artes, Universidade de Cabo Verde, Praia, 2009.
38. RODRIGUES, Heloísa. Alimentação como fonte de sociabilidade e de hospitalidade. **Revista Sinais**, Vitória, n. 12, p. 85-100, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/sinais/article/view/5853>. Acesso em: 23 mar. 2023.
39. SAHLINS, Marshall. **What kinship is – and is not**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2013.
40. TASSINARI, Antonella. Concepções indígenas de infância no Brasil. **Revista Tellus**, Campo Grande, v. 7, n. 13, p. 11-25, 2007.
41. TOREN, Christina. Making history: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind. **Man**, v. 28, n. 3, p. 461-478, set. 1993.
42. VASCONCELOS, João. “Manera, ess muv?”: a mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde. In: DIAS, Juliana Braz; LOBO, Andréa de Souza (org.). **África em Movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012. p. 49-62.
43. VENANCIO, Vinícius. A força da diáspora cabo-verdiana: dos fluxos emigratórios ao comércio transnacional. **Revista Textos Graduados**, Brasília, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/tg/article/view/14298>. Acesso em: 23 mar. 2023.
44. VENANCIO, Vinícius. **Created in Cabo Verde**: discursos sobre a nação na produção de suvenires “genuinamente” cabo-verdianos na ilha de Santiago. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38594>. Acesso em: 23 mar. 2023.
45. WOORTMANN, Ellen. Memória alimentar: prescrições e proscições. In: WOORTMANN, Ellen e CAVIGNAC, Julie (org.). **Ensaio sobre a antropologia da alimentação**: saberes, dinâmicas e patrimônios. Natal: EDUFRN, 2016. p. 57-88.
46. WOORTMANN, Klaus. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. **Caderno espaço feminino**, Uberlândia, v. 19, p. 17-30, 2008.

André Omisilê Justino

Doutor em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. ID ORCID: 0000-0002-5549-2351. E-mail: andref.215@gmail.com